

Dossiê: Território, desejo e erotismo: cenas da vida sexual e libidinal no contexto brasileiro

A gentrificação do queer na territorialidade digital brasileira: dispositivos tecnopolíticos no aplicativo Grindr

Alessandra Toledo

Universidade Federal do Espírito Santo
aletoledo.conteudo@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-7427-6634>

Gabriela Santos Alves

Universidade Federal do Espírito Santo
gabriela.alves@ufes.br
<https://orcid.org/0000-0001-5243-7499>

Raabe Bastos

Universidade Federal de Minas Gerais
raabebastos19@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-1911-0699>

Thiago Scarpato Mozer

Universidade Federal do Espírito Santo
thiagomozer1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0784-7901>

RESUMO

Surgido no século passado, o conceito de gentrificação trata de um processo de requalificação urbana que afeta bairros e cidades, alterando a composição do lugar, de modo que se tornem nobres regiões antes populares. Porém, mutações epistemológicas têm-se interessado em estudar menos a fisicalidade deste fenômeno e mais seus efeitos simbólicos e estratégias de exclusão. Diante deste aspecto, a pesquisa toma como objeto o Grindr, aplicativo de encontros afetivo-sexuais para gays, bissexuais e transexuais, para pensar como a gentrificação performa no ciberespaço. Para tanto, propomos a noção de gentrificação do queer enquanto um diagrama que lança mão de dispositivos tecnopolíticos que endossam práticas de vigilância territorial para poder gentrificação às sociabilidades e os sujeitos dissidentes do ambiente digital daquele aplicativo. Utilizamos a genealogia como metodologia. A gentrificação, no digital, atua como regime de exclusão e opressão cujos dispositivos são inter cruzados e formam um diagrama que controla os usuários.

Palavras-chave: Antropologia da sexualidade; Gentrificação do queer; Territorialidade digital brasileira; Tecnopolítica; Grindr.

The gentrification of queer in Brazilian digital territoriality: technopolitical devices in the Grindr app

ABSTRACT

Emerging in the last century, the concept of gentrification deals with a process of urban requalification that affects neighborhoods and cities, altering the composition of the place so that previously popular areas become upscale. However, epistemological shifts have focused less on studying the physicality of this phenomenon and more on its symbolic effects and strategies of exclusion. In this context, this research takes Grindr, a dating app for gay, bisexual, and transgender people, as its object of study to consider how gentrification performs in cyberspace. To this end, we propose the notion of queer gentrification as a diagram that employs technopolitical devices that endorse territorial surveillance practices to gentrify the social interactions and dissident subjects within the app's digital environment. We use genealogy as our methodology. In the digital realm, gentrification acts as a regime of exclusion and oppression whose devices are interconnected and form a diagram that controls users.

Keywords: Anthropology of sexuality; Gentrification of queer; Brazilian digital territoriality; Technopolitics; Grindr.

La gentrificación de lo queer en la territorialidad digital brasileña: dispositivos tecnopolíticos en la aplicación Grindr

RESUMEN

El concepto de gentrificación, surgido en el siglo pasado, se refiere a un proceso de recalificación urbana que afecta barrios, ciudades y/o regiones, alterando la composición del lugar para que se convierta en zonas nobles, otrora populares. Sin embargo, las mutaciones epistemológicas se han centrado menos en estudiar la fisicalidad de este fenómeno y más en sus efectos simbólicos y estrategias de exclusión. A la luz de este aspecto, la investigación toma Grindr, una aplicación de citas y encuentros sexuales para gays, bisexuales y transexuales, como objeto de estudio para considerar cómo opera la noción de gentrificación en el ciberespacio. Para ello, proponemos la noción de gentrificación queer como un diagrama que utiliza dispositivos tecnopolíticos que avalan prácticas de vigilancia territorial para gentrificar las sociabilidades y los sujetos disidentes del entorno digital de esa aplicación. Utilizamos la genealogía como metodología. La gentrificación, cuando entra en la territorialidad digital, actúa como un régimen de exclusión y opresión cuyos dispositivos se entrelazan y forman un diagrama que controla a los usuarios; La gentrificación de la homosexualidad desplaza la experiencia disidente hacia un volumen asimétrico de vigilancia que normaliza las marcas queer en esta aplicación; y la interacción de dispositivos tecnopolíticos provoca una invisibilidad compulsiva, la reconstrucción de subjetividades, la negociación de la privacidad y la reprogramación de un cierto modo de intimidad.

Palabras clave: Antropología de la sexualidad; Gentrificación de lo queer; Territorialidad digital brasileña; Tecnopolítica; Grindr.

Introdução

Esse estudo tem por objetivo compreender a articulação entre as noções de tecnopolítica e queer no *Grindr* como chave de leitura de um fenômeno intitulado gentrificação do queer. A fim de se compreender este imbricamento, este trabalho pensa que categorias tecnopolíticas emergem deste aplicativo e que sejam capazes de edificar o conceito gentrificação do queer, demonstrando que a gentrificação já alcançou o ambiente digital. Para tanto, no plano teórico, o processo de investigação empreendido reúne autores dos estudos sobre gentrificação; teoria queer e sexualidade; tecnopolítica; cibercultura; território e territorialidade; vigilância; controle; poder; aplicativos de encontro.

O termo gentrificação é a versão portuguesa para o conceito *gentrification*, criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1964) no livro *London: aspects of change*, que visava a entender as modificações socioespaciais ocorridas nos bairros operários da cidade de Londres (Alcântara, 2018). Nesse sentido, o princípio teórico do termo em questão buscava entender como estes tipos de bairro produziam desigualdades e segregações urbanas no seio de sua própria espacialidade. Ao afetar a paisagem citadina, a gentrificação busca incidir gradualmente nas regiões populares que estão mais “degradadas”, numa dada cidade, para, então, ocupar tais regiões com moradores de rendas mais altas, de modo que se atingisse a valorização econômica local em detrimento do bem-estar dos antigos moradores. Em suma, um processo de expropriação.

No quadro epistemológico da gentrificação, estudos vêm aparecendo com o interesse de se investigar os efeitos que este fenômeno provoca para além de sua ação físico-urbana. Um destes empreendimentos teóricos aparece na obra *Gentrifications*, de Marie Chabrol, Anaïs Collet, Matthieu Giroud, Lydie Launay, Max Rousseau e Hovig Ter Minassian (2016), que desloca a singularidade deste termo para o seu plural: gentrificações. Notoriamente, este esforço intelectual de pluralizar advém do fato de se perceber que outros fenômenos se agenciam e se interceptam para se dar conta da gentrificação em si, observando-se que, se há estratégias na elaboração deste conceito, haverá pluralidade de sua ação, de seu impacto e de investigação das forças que movem o fenômeno. Além disso, esta virada ao plural coloca a gentrificação como terreno privilegiado para se refletir as denúncias e os anúncios que este processo evoca.

Diferentemente das correntes mais clássicas deste campo de estudo, como em (Neil Smith, 2006), o filme brasileiro *Aquarius*, por exemplo, joga luz sobre como a gentrificação agrega não apenas práticas de especulação imobiliária, mas também de assédio, de

vigilância e de apagamento da memória. E quando falamos de assédio, vigilância e memória, muitos outros conceitos daí se decantam para conseguir se explicar enquanto tal. Assim, no bojo deste desdobramento da gentrificação — cujo uso do seu plural se faz para alertar, sobretudo, acerca das táticas e dos efeitos deste fenômeno de expropriação —, vemos a necessidade de se questionar: de que gentrificação estamos falando quando pronunciamos o seu nome? Assim, é por meio desta mise en abyme conceitual das gentrificações e seus questionamentos contemporâneos que vemos aparecer o livro *La gentrification des esprits*, de Sarah Schulman (2018).

Neste livro, o termo gentrificação sofre uma expansão semântica e uma atualização teórica: aqui, não se trata apenas de um conceito que explica a requalificação urbana que foi implantada em diversos centros urbanos, deslocando os seus corpos e impondo agendas de reestruturação destes centros, mas do impacto que a gentrificação tem nas subjetividades destes corpos deslocados. Isto é, há uma virada simbólica na ideia de gentrificação porque esta noção tornou-se um regime de operação assimilado por aqueles corpos. Especificamente, Sarah elabora um pensamento inédito: tomando como exemplo a cidade de Nova York, ela associa o processo de espraiamento da pandemia de HIV/AIDS com o processo de expansão da gentrificação. Esta autora alega que o endosso de práticas de vigilância dos corpos, que se intensifica a partir desta pandemia no seio da comunidade queer, são outras facetas da gentrificação para se controlar os corpos cujas sexualidades rompem com a normatividade imposta pela sociedade.

O que esta autora propõe é pensar como uma nova formulação da gentrificação vem à tona, uma gentrificação para além do espaço físico, cuja incorporação do ideal de gentrificação se dá dentro das mentalidades e subjetividades queer para que estas sejam deslocadas à invisibilidade — espacial, social, cultural, sexual, afetiva, dentre outros. E mais: é pela gentrificação que este sujeito queer se colocará no mundo depois desta herança vigilante do HIV/AIDS, balizando seus códigos dissidentes em direção a estratégias de normatividade. Corpo e espaço: ambos gentrificados. Para tanto, este processo gentrificador é espraiado por meio de dispositivos (Foucault, 2018) para que ele se descole de um fenômeno estritamente espacial para começar a adentrar as mentalidades, as subjetividades, o espírito queer. Ou seja, para se tornar um processo vigilante que negocia a visibilidade de seus sujeitos, homogeneizando-os, a materialidade da gentrificação é agora lida a partir dos mecanismos e efeitos de seu poder. Esta virada ao dispositivo, no entanto, ganha aplicabilidade por meio de tudo aquilo que já elencamos daqui para trás, mas também por meio de elementos discursivos, práticas de sociabilidades, aparatos comunicacionais, tramas midiáticas. Se Sarah abordou essa gentrificação tácita, subjetiva e

mediática, ainda ligada ao espaço físico, como pensar seu deslocamento para o território digital? Como se dá essa transição?

Primeiramente, este artigo busca pensar o que são as tecnopolíticas (Bruno; Cardoso; Kanashiro; Guilhaon; Melgaço, 2018) que efetuam a permeabilidade deste conceito entre o território físico e o território informacional, visto que este conceito consegue refletir as disputas que se dão a partir dos territórios informacionais. É neste eixo temático que se faz surgir uma das inquietações desta pesquisa: ora, se falamos de território e territorialidade (Haesbaert, 2012; Raffestin, 1993), há uma lacuna interpretativa em seus estudos em não apontar a entrada dos processos de gentrificação também nos territórios informacionais. Logo, este texto dedica atenção a esta fresta: como se pensar uma gentrificação simbólica, que está em pleno acontecimento na territorialidade digital? Como esta gentrificação se desloca entre territórios e se plasma no espaço informacional?

Portanto, foi explorando, neste texto, o tema da gentrificação e seus deslocamentos epistemológicos que chegamos à gentrificação do queer, uma proposta conceitual que condiz com a perspectiva do dispositivo e que daria conta, diante das contingências do nosso objeto de pesquisa, o *Grindr*, um aplicativo móvel de encontros sexuais para sujeitos queer, de pensar como uma gentrificação pode performar no ciberespaço (Loveluck, 2018). Assim, reforçamos que a escolha deste objeto se deu justamente pelo fato de o *Grindr* ser um elemento que destrincha o nosso tema: é um aplicativo que atravessa tanto a intersecção das teorias da comunicação com as das territorialidades quanto a encruzilhada das teorias queer com as de tecnopolítica. É de importância pontuar que o aplicativo analisado se destaca na comunidade de homossexuais masculinos, de forma a ser tido como um espaço de fácil acesso ao sexo, reunindo uma diversidade de pessoas que, em sua maioria, procuram encontros rápidos. Diante desse tema, a problemática que move esta pesquisa parte da seguinte indagação: de que estratégias tecnopolíticas o conceito de gentrificação do queer lança mão para surgir na territorialidade digital do *Grindr*?

Assim, é no confronto de um conceito que debate territorialidade, tecnopolítica e queer, que quatro hipóteses foram aqui levantadas. A primeira hipótese é que a gentrificação do queer é uma metáfora para o retorno e a reterritorialização do armário sobre a própria comunidade queer. A segunda hipótese é que a gentrificação do queer não está mais e apenas atrelada ao território físico, mas vem ganhando espaço no território digital, como parecem apontar os nossos objeto e tema, uma vez que estes dois territórios são permeáveis. A terceira é que, ao adentrar o ambiente de rede da territorialidade digital,

a gentrificação do queer torna-se um diagrama (Deleuze, 1988) que lança mão de dispositivos tecnopolíticos para poder acontecer, uma vez que o *Grindr* congrega conceitos de vigilância (Foucault, 2014); controle (Deleuze, 2013); regime escópico (Lyon, 2010) — noções caras à perspectiva tecnopolítica.

***Grindr*: tecno, logo existo**

A partir do debate sobre as redes digitais da internet, a socióloga Eva Illouz (2007) opera uma clivagem neste termo que intercepta diretamente o objeto de nossa pesquisa: as redes românticas, isto é, a lógica com a qual nós nos relacionamos afetivo-sexualmente, cada vez mais, segue os pressupostos programáveis da web, tendo como trunfo e produto direto deste momento contemporâneo os aplicativos de encontro. E, para esta pesquisa, as elaborações críticas acerca das redes românticas dialogam com os processos de apagamento que se incentivam no *Grindr*, visto que a lógica deste tipo de rede opera com um duplo tácito: a invisibilidade dos laços íntimos atrelada à invisibilidade da rede em si.

A socióloga marroquina abre este silogismo argumentando que, a despeito da dicotomia naïf entre real e virtual que ainda insiste em existir nos discursos que preenchem a vida cotidiana, a internet opera uma mobilidade — aliás, a mesma categoria central na formação territorial — no eu contemporâneo hiperconectado: há tanto o eu da internet quanto o eu do espaço social público, que se retroalimentam e dialogam sem cessar no esquema das redes, ao contrário do que o crivo do senso comum fê-los crer enquanto categorias dissociadas (Illouz, 2007), como se os pressupostos de uma territorialidade digital se descolassem da vida social materializada, como apontam os exemplos acima.

Vemos que se instaura uma emergência da realidade que condiga com a suposta fuga do aparato da internet, buscando-se “algo que saia virtual”, feito um encontro num território físico (café), como se a experiência cotidiana deste encontro afetivo não fosse intermediada, em algum nível, por tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, o que interessa à socióloga, é o modo como esta bipartição do si já se apropria da própria lógica, abstrata e tácita, dos relacionamentos afetivos para ir desmaterializando a presença dos indivíduos que buscam performar seus afetos na territorialidade digital, instaurando uma questão de ordem simbólica e cultural que é central dos romances cibernéticos: a invisibilidade.

Assim, este ensejo pelo apagamento do corpo como saída para a expressão afetiva de um eu mais autêntico impõem um problema à medida que os próprios afetos se

alicerçam no corpo para poderem existir. Sem corpo não há afetividade, assim como não há tecnologias sem sujeitos. Nesse diapasão, esta prerrogativa sobre a formação das redes românticas — a cisão de si — parece dialogar com a própria gentrificação do queer que, preconizada pela ideia do *remplacement*¹, desmaterializa os territórios e corpos queer para que estes dissociem suas afetividades e sexualidades destes mesmos territórios e corpos, ou seja, para que gentrifiquem as marcas queer que os compõem; o que demonstra que a corporalização destes territórios e sujeitos são empecilhos que a gentrificação buscará demover. Ligando os pontos, o aplicativo *Grindr*, como terreno fértil à performance digital da gentrificação do queer, se aventa também como um território para se pensar as implicações do que venham ser estas redes românticas e como estas cindem seus sujeitos.

Para Illouz (2007), num exercício genealógico sobre as origens românticas da internet, os sites de encontros começam a fomentar-se na segunda metade dos anos 90 do século passado, o que coincidiria com a própria expansão cibernética do *World Wide Web*, tendo como expoente de busca por parceiros on-line o site *match.com*, criado em 1995. De maneira embrionária, este site e semelhantes fomentaram as bases aplicáveis das redes românticas, uma insígnia para se pensar de modo amplo o campo das articulações contemporâneas entre tecnologias da informação com sentimentos. No bojo desta aparição, o conceito territorial de mobilidade — aquele que estabelece a função circulação — comunicação — é reaproveitado pelos sites de encontro, e, portanto, pelas redes românticas, como um dispositivo de categorização e modalização tanto dos perfis de usuários quanto da ambiência que se instalaria no seio de cada site de encontro.

Desse modo, a mobilidade é ativada para ajustar o perfil de cada usuário, o tom de cada site, o cotejamento de perfis similares que se buscam e, mais recentemente, a coleta de dados sensíveis para o seu armazenamento nos bancos deste sites e aplicativos de encontro. Enquanto dispositivo que dinamiza as redes românticas, a mobilidade é uma tecnologia da internet que “baseia-se no uso intensivo de categorias e pressupostos psicológicos sobre como compreender a si mesmo e como arquitetar a sociabilidade

¹ Embora tenhamos traduzido os outros termos franceses presentes no livro de Sarah Schulman (2018), optamos em não traduzir a expressão *remplacement*, pois esta age num duplo movimento semântico dentro da elaboração teórica schulmaniana: é tanto um ato de substituição de uma coisa por outra quanto uma mudança no sentido de deslocamento, processualidade, mecanismo. Não à toa, em língua francesa, a palavra *remplacement* é vizinha semântica de *déplacement*, que significa literalmente deslocamento (Larousse, 2015). Logo, conservamos a expressão francesa para manter o conjunto de discussões conquistadas por tal tradução. Para o desenvolvimento teórico do *remplacement*, reservamos o subcapítulo sobre metodologia bem como o último tópico do capítulo 2 para explanar melhor sobre seu funcionamento.

através da compatibilidade afetiva” (Illouz, 2007, p. 110-111). Isto é, arquitetar a sociabilidade seria uma relação sinonímica à formação territorial e, consequentemente, à territorialidade, posto que é um sistema pulverizado de apropriação do si.

Isso se confirma porque, em sendo a territorialidade um sistema de relações que advém de práticas de apropriação e dominação, as redes românticas, por sua vez, enquanto mais um componente que contribui à arquitetura das territorialidades digitais, aventam-se como uma expressão das sociabilidades afetivo-cibernéticas que estão interessadas em produzir uma subjetividade extremamente modulável, passível de subjugação, pois o conceito de rede romântica busca “definir a vida afetiva como algo que necessita de manejo e controle e em regulá-la nos moldes de um ideal” (Illouz, 2007, p. 91). Esta definição, portanto, parece ser esclarecedora de como a gentrificação do queer — que apresenta esta mesma agenda de ação — ganha as territorialidades digitais e, consequentemente, o *Grindr*, espaço de modulação de sociabilidades afetivas, sexuais e cibernéticas.

Uma vez estruturadas, as redes românticas, que se derivam das territorialidades digitais ao mesmo tempo que as compõem, arquitetam as sociabilidades não para fazer vir à tona o singular do sujeito, mas para fazer imperar a homogeneização dos perfis de usuários, a padronização destes, posto que as redes românticas seguem protocolos completamente programáveis, pois “o simples volume das interações obriga a pessoa a desenvolver técnicas padronizadas de administração e torna os encontros, dentro e fora das redes, sumamente repetitivos” (Illouz, 2007, p. 120). Logo, as redes românticas usam paradoxalmente a mobilidade tanto para criar territorialidades específicas em interação quanto para massificar aquilo que, na base, seria a expressão mais singular do sujeito: os seus afetos.

Endossamos, portanto, que esta lógica das redes românticas que codifica todas as formas de diferença vem ao encontro dos pressupostos da gentrificação, o que reforça mais uma vez que o *Grindr*, enquanto produto das redes românticas, dá abertura para a configuração de uma gentrificação do queer na territorialidade digital. Nesse sentido, as redes românticas se tornam tanto um termo genérico para se pensar esta ebulição de sites de encontro e ferramentas tecnológicas imiscuídas aos afetos humanos quanto um vetor que tenta criar estratégias de massificação e uniformização dos afetos pela rede de internet para se atingir um dado fim de controle, estabelecido por aquele produto específico que compõe a própria rede romântica.

Eva Illouz (2007) chama a atenção para que, paradoxalmente, as redes românticas são uma manifestação tecnológica que descorporifica o sujeito, munindo-se do senso comum que rivaliza virtual e real, para modelá-lo ao mesmo tempo em que necessita de sua presença para controlá-lo. Ao fim e ao cabo, este paradoxo existe para se produzir informações (afetivas, cibernéticas, sociais, culturais, de classe e afins) que circulam as redes sob a pele daquilo que chamamos de sites de relacionamento. Em outras palavras, os sites de relacionamentos, com seu advento das redes românticas, tornaram-se espaços de especulação das ações dos sujeitos, um manual prático de se produzir sociabilidades afetivo-cibernéticas, pois as redes românticas “dependem muito de seus modos de usar o corpo (voz, olhos, postura corporal etc.), o que sugere que grande parte de nossas interações é uma espécie de negociação entre o que monitoramos conscientemente e aquilo sobre o qual não exercemos controle” (Illouz, 2007, p. 139).

Isto é, as redes românticas negociam e vigiam ciberneticamente nossas manifestações subjetivas para, enfim, controlá-las; como acontece na gentrificação do queer, reiterando a necessidade de alocarmos este conceito na territorialidade digital porque ele já encontra vizinhos de elucubrações teóricas. Vejamos, no bojo desta inquietação, como os pressupostos afetivos, que são diversos porque humanos, são revertidos, por meio da sociabilidade cibernética, em processos coletivos de monitoramento que fazem com que a espontaneidade afetiva de cada sujeito-usuário seja padronizada via vigilância. Ora, se a marca de um território é a apropriação de sua espacialidade, no *Grindr*, obtemos também uma apropriação das afetividades, cumprindo-se com o objetivo primeiro das redes românticas: desmaterializar o sujeito e induzi-lo ao monitoramento de si e dos outros.

É demonstrado (Figura 1) como as redes românticas modulam, monitoram e controlam as próprias afetividades que ajudam a forjar no seio de sua rede digital. À esquerda, observamos que, na falta de vozes e olhos, a postura corporal de seus sujeitos usuários — a prevalência do torso ou da invisibilidade — aponta para uma premissa afetiva calcada na ideia de sigilo, porque se desmaterializam os corpos em proveito da racionalidade do armário como ditame territorial. À direita, o perfil com emoji de berinjela descreve, em sua biografia, uma tática de monitoramento na qual qualquer forma de conversa com ele passa pela prerrogativa de liberação de imagem de rosto, ainda que este mesmo perfil, contraditoriamente, disponha apenas de seu torso como marcador imagético, levando-se a crer que ele está mais interessado em olhar do que ser olhado.

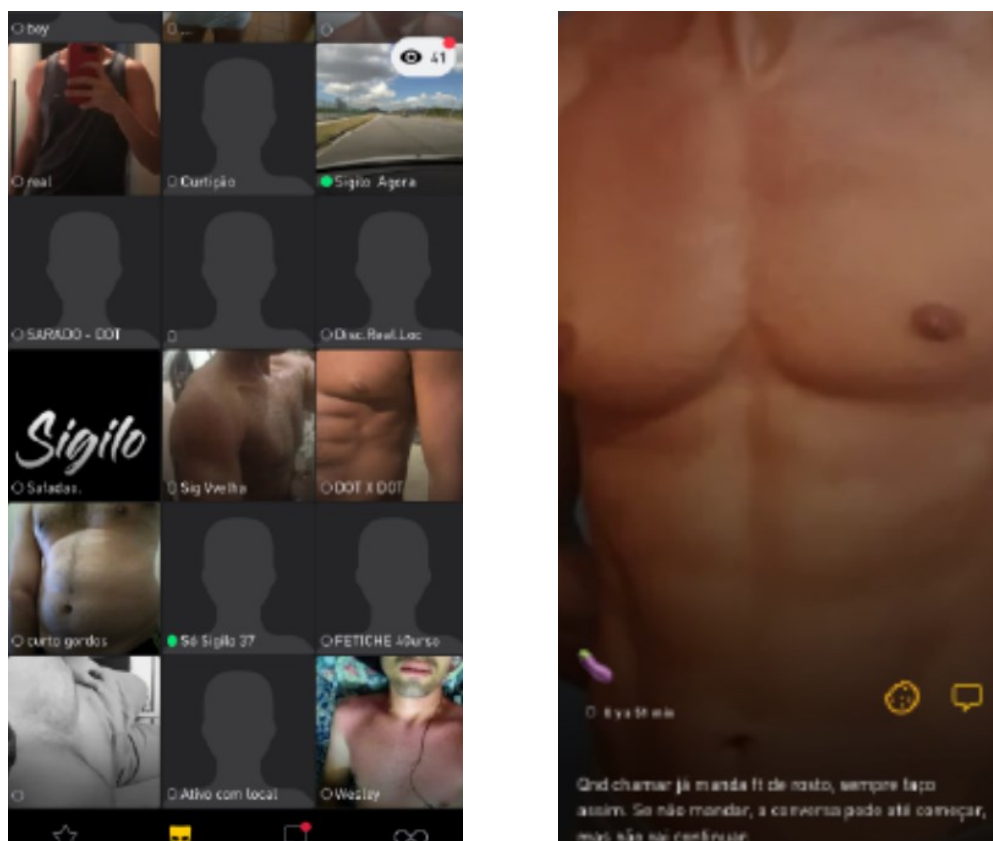


Figura 1 - Captura de tela de perfis no *Grindr*. Fonte: produção nossa.

Para realçar como a racionalidade da vigilância é incorporada ao corpo de um sujeito, faz-se imperativo entender em que contexto do mundo a emergência da categoria vigilante desenhou nosso cotidiano, nossos corpos, nossas ações. Neste esforço de compreensão, é incontornável o trabalho de Michel Foucault (2014; 2018) quando ele disserta acerca das sociedades disciplinares, um dispositivo espaço-temporal e político-cultural que vêm à tona no século XVIII e estende-se até à eclosão da Segunda Guerra Mundial — que, não à toa, é o mesmo recorte temporal-epistemológico para se pensar a ascensão das redes —, período quando se marca a transição deste modelo social para as sociedades de controle (Deleuze, 2013).

Porém, antes de se pensar esta passagem, Foucault (2014) entende que as sociedades disciplinares são aquelas cujo eixo político é regido pelas disciplinas do, no e para com o indivíduo, moldando seu corpo ao que se chamou de individualização. Ou seja, o poder — este conjunto de relações que produz assimetrias — desloca-se da centralidade monolítica do rei, expoente-mor que marca o regime político que antecede o da disciplina,

isto é, a sociedade de soberania, e passa a tomar conta não mais dos contingentes populacionais em feudos, mas, sim, de cada corpo que se inscreve neste contingente demográfico. Em *Vigiar e punir*, Foucault (2014) caracteriza que os múltiplos laços de vassalagem e de suserania que se davam no feudalismo se enfraqueciam à medida que aquilo que marcava a própria soberania, a grande concentração populacional em blocos, passava a reivindicar seus direitos, e, portanto, seu poder.

Neste processo de destituição da força reinante e soberana, vemos culminar a Revolução Francesa, entre 1789 e 1799, que teve como marco a crise da monarquia e o triunfo do povo, pois “o soberano tornava-se então uma personagem fantástica, ao mesmo tempo monstruosa e arcaica” (Foucault, 2014, p. 159) para gerir as individualidades que se forjavam. A partir daí, a soberania e seus processos de feudalização são convertidos numa organização social da disciplina, para a qual o “indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a ‘disciplina’” (ibid, 2014, p. 161). Uma vez que os indivíduos destituíram o rei, a lógica do poder começa a operar na individualização dos corpos, na classificação destes, na reorganização dos seus espaços, na redistribuição dos seus tempos e na extração de objetivos específicos destes mesmos corpos. Assim, a soma destes preceitos configurou a sociedade disciplinar (Foucault, 2014). Logo, é a partir da configuração da sociedade disciplinar que o lócus do poder esfarela seu caráter monolítico e ramifica-se por sobre todo o tecido social, ganhando todas as arestas e vislumbrando todos os corpos. Com a emergência do regime disciplinar, ainda no século XVIII, os processos de individualização trazem consigo um efeito colateral: as sutis normatizações, embora permanentemente constantes, destinadas a criar uma subjetivação em favor do operariado, com um corpo dócil e com desejos submissos a uma agenda institucional. Eis, literalmente, o corpo do capitalismo.

Neste diapasão, vemos emergir o Estado moderno e seu capitalismo que precisavam ordenar e alocar aquele contingente, que outrora vivia em feudos, dentro de suas instituições, tais como a fábrica, a escola, a prisão, os hospitais, dentro de outros espaços, com vistas à produção constante de bens. No bojo deste reordenamento social e, agora, tornados indivíduos, a sociedade precisa docilizar os corpos destes indivíduos — isto é, domá-los, hierarquizá-los —, fazê-los operar não numa lógica de respeito soberano, mas numa racionalidade da obediência mercantil, cheia de prazos e categorias. É daí, portanto, que o corpo torna-se alvo do poder, pois esta “grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se

torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 2014, p. 117), busca torná-lo um poderio produtor.

Não à toa, Foucault toma a sexualidade como centralidade de sua elaboração teórica, como aquilo que intrinca o poder a um modo de saber e produz assim, uma subjetivação, justamente pelo fato de que é a (re)produção social que vai garantir o contingente demográfico solicitado pelo capitalismo, e, na esteira deste modelo socioeconômico, vemos arborescer o hospital como instituição que cuida deste corpo que adoece de tanto trabalhar ou a escola, que produzirá corpos infantojuvenis que, num futuro, terão substituído os corpos de seus pais nas fábricas e por aí vai. Entra-se, portanto, em modos de submissão e utilização dos corpos cuja docilidade é o produto de uma disciplina que triunfou e cujo capitalismo vê na função reprodutiva do sexo um pretexto para se produzir normatizações hierárquicas e padrões de normalidade à sociedade (Foucault, 2020).

Maria Rita César e Denise Portinari (2014) enxergam a gentrificação do queer como uma hipertrofia da biopolítica, mais um dispositivo a favor da gestão coletiva de uma dissidência (sexual) cujos preceitos de controle geral bebem da fonte dos dispositivos da AIDS para, daí, revertê-los em técnicas de (auto)invisibilidade, (auto)vigilância, (auto)controle e (auto)expulsão das marcas da diferença por sobre qualquer espacialidade. Em suma, a gentrificação do queer busca interromper quaisquer manifestações ou presença de um agrupamento dissidente que esteja inscrito numa territorialidade. A gentrificação do queer, este misto biopolítico de armário com vigilância, se mune dos preceitos medicalizantes (da AIDS) para transformá-los em paradigma de invisibilidade.

Isso só ocorre porque a biopolítica trata da população, do homem-espécie, como problema político, mas que se potencializa de maneira infinitesimal se este problema político intercepta uma dissidência, como a sexual, no caso da gentrificação do queer, ou como a mental, para continuar a dialogar com Foucault (2020). Querelas à parte, o que vale ressaltar é por meio de qual tecnologia estas duas dinâmicas disciplinares puderam existir a ponto de criarem uma ambiência de vigilância tanto em nível individual quanto coletivo: o panóptico, idealizado por Jeremy Bentham, uma tecnologia disciplinar que se tornou uma máquina e expoente dos estudos de vigilância, um dispositivo arquitetural que possibilita que poucos indivíduos consigam vigiar, com constância e eficiência, o comportamento de muitos sujeitos.

Segundo Foucault (2014), na prisão cilíndrica do panóptico, cada sujeito está sozinho em sua cela, devidamente individualizado e permanentemente visível, em que cada

um é visto embora este não vê. Eis o que concatena paradoxalmente esta tecnologia: o sujeito é uno ao olhar de si, mas, também, espécie coletiva aos olhos de quem vigia, demonstrando que o sujeito nunca pode ser ativo e mobilizador de comunicação se vigiado. Assim, o contingente monolítico que rondava a racionalidade monárquica fora substituído por uma multiplicidade de sujeitos controláveis. Efeito: solidão e multidão ao mesmo tempo. E isso, por sua vez, é assegurado pela disposição das celas, do formato do átrio da prisão, na invisibilidade lateral, pelo modo como a luz incide e circula internamente, produzindo cegueira para quem é vigiado e clareza para quem vigia.

Segundo Foucault (2014), as sociedades disciplinares não se resumem ao panóptico, mas esta tecnologia permitiu criar uma nova anatomia política para reger, biopoliticamente, a multidão com seus indivíduos, cujos corpos serão constantemente encharcados de técnicas variáveis de controle, sujeição, moldagem e obediência “que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder” (Foucault 2014, p. 177). Isto quer dizer que é a partir do panóptico que uma saraiva de técnicas de vigilância são incorporadas para além das arquiteturas espaciais e passam a ser assimiladas pelas subjetividades (individualizantes) que, conectadas, formam uma multidão, focos dispersos de poder. Problematicando o poder, eis o resultado desta operação panoptical: o poder está em todos os lugares, porque lugares territorializam-se se houver sujeitos.

Em suma, enquanto houver sexo, haverá vigilância. Logo, a partir deste olhar genealógico, encontramos aqui o ponto de articulação entre o nosso objeto, o aplicativo *Grindr*, e a questão da vigilância: a premissa sexual como vetor de vigilância e a vigilância como produção de si. É claro que a sociedade atual difere, em alguns níveis, daquela sociedade na qual Foucault viu arborescer o conceito de vigilância, este “adestramento, intensificação e distribuição das forças” (Foucault, 2020, p. 156), mas um dos principais motores para atualização do pensamento foucaultiano provém do aperfeiçoamento das novas tecnologias de comunicação. Assim, é ainda válido afirmar que suas elucubrações ainda permitem abrir chaves de leituras para os fenômenos da contemporaneidade, bem como compreender como o uso das supracitadas novas tecnologias tornam mais robustos os poderes de controle e capitalizam ainda mais a noção de vigilância.

Além disso, a assimilação panoptical da vigilância pelo corpo dos sujeitos (re)produz também uma dualidade entre lá fora (supostamente seguro e não vigiado) e um aqui dentro (supostamente inseguro e vigiado). Os dispositivos discursivos dos perfis — “é offline que o bicho pega”; “o que estou fazendo aqui...”; e “conhecer alguém que me

faça sentir coragem de sair de trás dessa tela” — mostra como a ideia do aprisionamento, suscitada pela interface panoptical do *Grindr*, ainda evoca a tradicional visão entre espaços externos e tecnologia (Johnson, 2001), como se esta fosse capaz de exercer os papéis institucionais com que uma prisão cumpre, de fato, e estar fora dela fosse, então, uma libertação. No entanto, esta visão é falaciosa porque a vigilância não se desvincula do corpo, e, conseqüentemente, da sexualidade. E a vigilância tende a se hipertrofiar exponencialmente no *Grindr* por se tratar de um território voltado à sexualidade. Logo, não há uma interface segura e abdicada de tecnologia que garanta o estatuto da não vigilância, do estar-fora-do-aplicativo-me-garante-libertação.

Pelo contrário: as novas tecnologias da informação, como o aplicativo em tela, apenas refinam o exercício tanto da sexualidade quanto da vigilância, como aponta um dos teóricos responsáveis por atualizar as teorias vigilantes de Michel Foucault é Paul B. Preciado (2018). Para este filósofo espanhol, a integração das tecnologias contemporâneas (de vigilância) às dinâmicas afetivo-sexuais colocam o sujeito dentro de um novo panorama, “um bordel-laboratório global integrado multimídia’ em que o controle dos fluxos e dos afetos se realiza sob a forma pop da excitação-frustração” (Preciado, 2018, p. 53). Ora, nada mais congruente com a visão de frustração, realçada pelos enunciados acima, que parece circular no *Grindr*, sob pena de um controle constante da vigilância entre seus usuários.

Segundo Preciado (2018), o horizonte tecnoafetivo, suscitado pelas novas tecnologias que cruzam a sexualidade contemporânea, assume uma face pop porque é de sua responsabilidade popularizar a vigilância ao passo que a sofisticada, popularizar o controle à medida que novas tecnologias surgem, popularizar uma agenda disciplinar conquanto sutil. Nesse sentido, o bordel-laboratório global integrado multimídia de que fala é uma tradução para a pornografia, que, em Preciado, assume duas vertentes: 1) correspondente ao crivo do senso comum, difundido no imaginário da sociedade; e 2) como dispositivo que aprimora tecnologicamente a sexualidade, ou, em outras palavras, é a tecnossexualidade, um corpo sexual que se modifica por sua integração à midiatização, às redes sem fio, aos aplicativos de encontro, às modificações dos hormônios, aos silicones, aos suplementos corporais, como o Viagra e afins. Ou seja, uma tecnovida cuja sexualidade tornou-se completamente programável e ortopédico-plástica.

Assim, a pornografia contemporânea que profana o corpo atual consiste em aumentar as potências de prazer e excitação ao passo que tais potências vão fornecendo códigos para o estabelecimento de novas agendas de condutas e controle. Para tanto, “o

novo tipo de produção sexual implica um controle detalhado e estrito das forças de reprodução das espécies. Não há pornografia sem vigilância e controle paralelos” (Preciado, 2018, p. 53). Ora, se falamos de espécie, falamos de um manejo da coletividade, dos seus fins biopolíticos ao adestramento de si e dos outros, mas a insígnia controle detalhado demonstra que entramos numa atualização dos preceitos foucaultianos. Isto é, não mais a vigilância como tática de controle, mas vigilância e controle como epistemologias distintas que se retroalimentam visto que são indissociáveis (Deleuze, 2013).

Este dilema posto pela tecnossexualidade em logro com a vigilância está preconizado pelo próprio Preciado (2018, p. 85) quando afirma que a “produção tecnopolítica do corpo parece dominado por uma série de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet, videogame etc.) que se infiltram e penetram como nunca a vida cotidiana”.

Desterritorializando: a gentrificação do queer na territorialidade digital

Buscamos demonstrar o que há por dentro dos conceitos que movem a gentrificação do queer, a saber: as epistemologias do armário e da vigilância e seus desdobramentos por sobre a sociedade em rede (Castells, 2018), que atuam com vistas a um controle biopolítico de um certo conjunto de sujeitos para, enfim, homogeneizá-los. Assim, esgarçamos a pele daquelas teorias tentando, de alguma maneira, enviesá-las com o campo da comunicação, posto que nosso objeto suscita uma realidade comunicativa.

O olhar genealógico de Sarah Schulman (2018, p. 138, tradução nossa) localiza um foco de poder — menos como ponto inaugural, mais como estrato a ser escrutinado — para o processo gentrificador que afeta a racionalidade e a performance de uma dissidência: “O traumatismo da AIDS — traumatismo que nos é preciso ainda apreender e definir, de que ninguém foi culpado — engendrou uma gentrificação dos espíritos nas comunidades gays. Nós fomos projetados nas estruturas genderizadas e privatizadas, fundadas no casamento e na família”.

Destarte, captamos desta passagem que a AIDS é o movimento disparador desta gentrificação, mas são as suas consequências — suas metáforas, seu traumatismo, o que se derivou daí — que complexificaram este fenômeno. Porém, à sua complexidade, a autora faz um apelo para que lhe façam proposições, camadas, saídas conceituais no

sentido de apreendê-lo e defini-lo. Dessa maneira, Schulman joga seu olhar para os efeitos cujos responsáveis por este traumatismo histórico — “o Estado, nossas famílias, as mídias, a indústria privada” (Schulman, 2018, p. 138, tradução nossa) — fizeram-no expandir enquanto gestão de um queer gentrificado: “(1) nossa sexualidade é perigosa e deveria ser controlada e que (2) todo mundo é indiferente ao nosso destino” (Schulman, 2018, p. 139, tradução nossa). Com este par — o queer enquanto perigo e destino submisso ao apagamento —, a gentrificação do queer joga, cria impressões, regula, hierarquiza, cujo mecanismo de execução deste fenômeno é o *remplacement*, “esta cultura que autorizou nossa destruição [...] Neste processo, nós podemos endossar os papéis opressivos” (Schulman, 2018, p. 139, tradução nossa).

Portanto, esta é a funcionalidade do *remplacement*: fazer com que uma dissidência queer deseje a (re)produção de papéis opressivos que voltam contra si, de modo que sejam controlados e apagados nos territórios que venham a ocupar; eis o porquê da gentrificação. O *remplacement*, então, não é uma ideia estanque, mas um código aberto, mutável, que logra com as informações culturais inscritas num território e que, com vistas à homogeneização dos sujeitos que habitam as bordas da sociedade, retira tais sujeitos queer de sua contrassexualidade para que repliquem as imagens da dominação: a lógica familiar-reprodutiva, o contrato social heteronormativo do casamento e a produção de normatizações hierárquicas pela via do sistema sexo-gênero (Rubin, 2017). Em suma, o *remplacement* forja uma realidade outra que destoa diametralmente oposta ao si contrassexual.

Então, a gentrificação do queer é a opressão endógena, ortopédica ao corpo, é a manifestação autóctone de uma marginalidade social que atenta contra si própria, de uma margem que dobra a sua própria margem, que emula os papéis de opressão, justamente porque não consegue elaborar, apreender e definir o impacto de vigilância e de armário que carrega desde o boom da AIDS. Ainda que a autora reconheça o tempo, o peso e o embaçamento que uma crise traumática pode gerar no seio de uma organização política de uma dada comunidade, quando diz “o desequilíbrio sexista da comunidade gay foi atravessado pelo traumatismo” (Schulman, 2018, p. 139), isso não pode inibir a necessidade de se encontrar e nomear os dispositivos que componham este fenômeno — espacial, político e subjetivo — de opressão. Este é o chamado *schulmaniano*.

Desse modo, buscamos enxergar como a gentrificação do queer performa na territorialidade digital, para que, dando nome aos fatos — ainda que se reconheça sua inédita relação com o território das redes — se consiga esmiuçar o desequilíbrio

tecnossexista que impera no *Grindr*. No entanto, sublinhamos que esta busca pelo denominador comum via teoria não é o esgotamento do conceito em si, seu cerceamento limitante, mas, sim, a convocação de elementos crítico-teóricos que lancem um olhar para um problema que se volta enquanto denominador comum contra uma categoria dissidente. Logo, a construção de um denominador comum é a organização de um problema opressor e latente que ainda vigora porque não foi nomeado, escrutinado; as teorias são a sua genealogia. A gentrificação do queer, por exemplo, percebeu um embaçamento de vigilância e armário que se territorializa ora nos espaços dissidentes, ora nos seus corpos com vistas à autodestruição, conclamando a entender como isso acontece, quais são seus efeitos e lastros.

Nesse sentido, quanto às primeiras pistas que nos fariam alocar este fenômeno na territorialidade digital, Sarah Schulman (2018, p. 143, tradução nossa) já nos as forneceu quando explanou acerca do *remplacement*, este motor que move a gentrificação do queer: “Somos nós os enganados da felicidade gentrificadora, e não podemos nós encontrar prazer, mais ainda, na complexidade, em qualquer coisa de mais multidimensional e, então, mais dinâmica?”. Aqui, Sarah conclama a dois interesses: 1) o de se suplementar em conceitos o seu próprio conceito, ainda que nos custe o prazer do percurso; e 2) o de que o *remplacement* tem muito a dialogar com as teorias das redes, dado o seu aspecto complexo, multidimensional e dinâmico; conceitos já presentes no discurso das redes territoriais em Raffestin (1993). Em última instância, a autora dá as chaves de seu conceito: “A gentrificação substitui as experiências vividas pela ilusão dos privilégios e qualificou isso de realidade” (Schulman, 125 2018, p. 143, tradução nossa, grifo nosso).

Mais uma vez, a autora elucida que há um processo de substituição (*remplacement*, em francês) em pleno curso, cuja ação complexa, multidimensional e dinâmica arquiteta uma realidade. Pensando-se dentro da gentrificação do queer, este dispositivo do *remplacement* não só desloca sutilmente as subjetividades de seu centro de potência política — tal qual o movimento de uma gentrificação —, como também introjeta nas racionalidades de seus sujeitos um suposto prazer feliz de que o privilégio que possui volta-se como opressão contra os seus iguais. Pensando-se dentro do território de nosso aplicativo, devemos escrutinar isso que programou a realidade para os sujeitos-usuários que integram o território do *Grindr*, suscitando-lhes saídas conceituais que desmontem a ideia falaciosa de que, replicando os papéis de dominação, estariam congruentes com alguma forma de liberdade. Além disso, é preciso dar nomes aos efeitos de poder que cristalizaram, em suas subjetividades, os supostos benefícios da vigilância e do armário.

Em suma, quando a autora norte-americana e lésbica fala de felicidade gentrificadora, ela está falando sobre a assimilação das estratégias do poder por minorias sem que estas criem contrapoderes, contragolpes, entrando apenas num jogo de replicação dos estratos de opressão que, ao fim e ao cabo, rompem com a solidariedade coletiva que um agrupamento dissidente — mulheres, queer, comunidade negra, pessoas com deficiência e afins — pode ter. Uma das consequências deste esfarelamento da solidariedade endógena em prol de um poder que corra sem resistências está dentro da gentrificação do queer.

Mais uma vez, este pensamento schulmaniano tem sua raiz nas elaborações teóricas feministas quando, no passado, bell hooks (2019) explanou sobre a criação de uma plataforma experimental de solidariedade política entre mulheres, a fim de que, unidas, captem e nomeiem as estruturas sociais, institucionais e os indivíduos que replicam contra elas — e nelas — táticas de dominação, exploração e opressão. Assim, hooks categoriza: “Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas ‘naturais’ umas das outras, que a solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir. E essas lições foram bem aprendidas. Precisamos, por isso, desaprendê-las” (Hooks, 2019, p. 79). Ora, bell hooks convoca nosso olhar para uma nova pedagogia que, num movimento dinâmico, desconstrua os paradigmas de opressões endógenos e exógenos que são construídos socialmente e que buscam o esfarelamento do coletivo dissidente para que isso acarrete em sua fraqueza política.

Ora, esta premissa solidária, presente no feminismo negro desde o século passado, volta à tona com os estudos queer de Sarah Schulman (2018), quando ela precisou se debruçar nas teorias sobre gentrificação para entender como este fenômeno, de posse dos impactos da AIDS, criou um circuito de opressão que, desenhando uma arquitetura dos espaços de poder e uma realidade forjada pelo privilégio da dominação, viabiliza o (auto)apagamento dos corpos que ocupam tais espaços. Cumprida esta premissa primeira, a gentrificação do queer arrasta os sujeitos que vivem às margens da sociedade — sujeitos queer — para os centros de privilégios de dominação — realidades não contrassexuais — para que, enfim, se rompa com traços de solidariedade entre os seus e se fortaleça a autoeliminação.

Portanto, como isso se opera? Embaralhando as promessas de privilégio e embaçando os focos de submissão aos quais qualquer dissidência estará acometida, e é justamente por esta operação opaca e difusa que Schulman intenta convocar teorias outras que sejam capazes de destrinchar a amplitude e a capilarização do que tem tentado falar e

alertar. Não à toa, pontua cabalmente: “há uma perda de si mesmo na relação com os outros quando esta coisa que flutua é destruída, que deixa os sujeitos sob o replacement desmunidos de todo contexto e os sujeitos que praticam o replacement com um sentido alterado de si”¹²⁷ (Schulman, 2018, p. 157, tradução nossa, grifos seus). Ou seja, o poder ludibria uma dissidência, fazendo com que esta pense que tem recuperado seus privilégios, sem notar que está num processo de substituição e negociação de seu corpo, sua imagem, seus espaços, sua performance e sua importância político-solidária que, juntos, rumam à sua própria destruição.

Nesse sentido, urgimos deslocar e inflar o conceito em tela para a territorialidade digital porque este mesmo movimento de ação parece estar em curso no *Grindr*, embora não haja ainda elaborações que pensem a gentrificação do queer na territorialidade digital. Qual seria, portanto, uma estratégia metodológica e crítica que faria este conceito schulmaniano dialogar por entre as territorialidades físicas e digitais? A desterritorialização, um empreendimento elaborado por Gilles Deleuze (2013), Félix Guattari (2010) e Suely Rolnik (2010). De modo embrionário, Deleuze (2013) entende a desterritorialização como um movimento reticular — em franco diálogo com a perspectiva de Raffestin (1993) sobre território e rede —, em incessante refazimento, que constrói pontos concentrados de poder para cumprir com um dado fim e desmonta-os assim que o poder encontra um outro foco de atuação sobre o tecido social.

Desterritorialização é o poder em ação, é sua maquinação, sua necessidade histórica de atuação para forjar realidades, que são elaboradas por deslocamentos constantes e por multiplicidades heterogêneas que, por força da própria realidade que cria, se combinam, relacionam-se. Desterritorializar, portanto, não carrega um sentido negativo, embora o seja às vezes, e existe para explicitar os agenciamentos que efetuamos dentro de um território para conduzir a vida. Segundo Félix Guattari e Suely Rolnik (2010), a desterritorialização é o acontecimento do território (apropriação) sendo movimentado por suas territorialidades (relações), que é composto de comportamentos, deslocamentos e de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, cognitivos e estéticos de seus sujeitos.

Logo, desterritorializar é a apropriação que efetuamos das coisas inscritas no mundo para nos subjetivarmos, isto é, um modo de criarmos racionalidades diante dos estratos de saber e dos fluxos do poder. Dessa maneira, a desterritorialização cria um fluxo entre estratos históricos (saberes) e faz os conceitos se moverem e se intercambiarem para que, assim, estes nos ajudem a interpretar as realidades nas quais nos inserimos (poderes)

com mais qualidade. Destarte, uma desterritorialização só ocorre porque esta é movimentada por agenciamentos, “uma noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma, processo, montagem, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária” (Guatarri; Rolnik, 2010, p. 381). Para tanto, um agenciamento é o conjunto dos supracitados dispositivos que se manifestam, combinam-se e conduzem humanos e não humanos (as tecnologias, por exemplo) nas topologias da vida, desterritorializando e reterritorializando seus territórios, que são a fonte de puro deslocamento que nos subjetiva. Por exemplo, um agenciamento pode ser composto de ações — componente abstrato — e, ao mesmo tempo, de objetos — componentes físicos.

Ora, se a “reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Guatarri; Rolnik, 2010, p. 388), é a indissociabilidade deste processo — desterritorializar e reterritorializar para subjetivar e criar espaços de atuação, conceitos, interpretações... — que permite que o conceito da gentrificação do queer ganhe o território reticular do ciberespaço. É sua heterogeneidade entre o físico e o abstrato. É através do agenciamento deste conceito, que desloca a base de sua epistemologia, que conseguimos alocá-lo num espaço outro para entender a realidade de um fenômeno que acomete os usuários do aplicativo *Grindr*, forjando-se ali. Ou seja, desterritorializamos o conceito para entender que subjetividades são essas e que estão sob o jugo da gentrificação do queer, mas que já excederam o tempo do surgimento do próprio conceito (desterritorializar) e já se encontram em outro espaço que não aquele de que a autora Sarah Schulman falava (reterritorializar).

Segundo Rogério Haesbaert (2012, p. 123), “todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquia entre si”. A partir desta citação, infere-se que, na territorialidade digital do *Grindr*, há uma expressividade de um processo de subjetivação que remete aos andamentos e agenciamentos da própria gentrificação do queer — interface do aplicativo, disposição dos perfis, apagamento de rostos, homogeneização de corpos, biografias vigilantes, relações no armário... —, mas que, por não ter sido nomeada enquanto tal no ciberespaço, não conseguimos ainda apreender o seu conteúdo, isto é, as especificidades do fenômeno schulmaniano quando de sua inserção no digital. É preciso fazer unir conteúdo e expressão e agenciar a epistemologia schulmaniana à dinâmica cibernética porque, se o “território cria o agenciamento” (Deleuze; Guattari, 2017c, p. 218), o conceito da gentrificação do queer já se manifesta tecnopoliticamente no território cibernético das redes, embora ainda não tenha sido capturado criticamente.

Ou seja, esta supracitada passagem indica que o agenciamento tudo intercepta, da sexualidade às tecnologias, e tudo mistura, criando-se um intercâmbio de relações, porque isso é fazer mover a vida, com seus respectivos regimes. Portanto, por detrás da imagem fria da tecnologia do *Grindr*, há agenciamentos sendo executados por seus sujeitos, dado que aquele aplicativo se territorializou enquanto agrupamento coletivo, pois onde há território há agenciamento em curso, e, por conseguinte, há subjetividades a serem moldadas. Logo, urde-se desterritorializar conceitos para entender a realidade que se forja neste território de corpos tecnossexuais, que vai desde as práticas de vigilância até os processos de enfraquecimento dos laços solidários entre os sujeitos de uma mesma comunidade; a queer, a saber. É preciso, enfim, misturar aqueles corpos do território físico schulmaniano com os tecnocorpos do *Grindr* para que se chegue a um denominador comum (problema) que dinamiza o próprio aplicativo.

Quando explica sobre a força dos agenciamentos como vetores de formação territorial, seus conteúdos e suas expressões, Rogério Haesbaert (2012, p. 125) afirma que “existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, intervêm um no outro, trata-se de um movimento recíproco e não hierárquico”, ao que chamamos de desterritorialização e reterritorialização. Então, quando o *Grindr* se territorializa enquanto território, ele desterritorializa conceitos de outros territórios para reterritorializar as suas dinâmicas, suas práticas e seus processos — o quer dizer: criar regimes — em outros espaços. Nesse diapasão, intui-se que ele capta o conteúdo da gentrificação do queer — percebido outrora num território físico chamado Nova York — para criar uma relação recíproca com o novo regime de sua força no território tecnopolítico do *Grindr*, gerando-se, aqui, novas expressividades. Logo, outros conteúdos e outras expressividades precisam ser identificados para que se dê cabo de um novo agenciamento em curso.

Assim, é interessante observar como o conceito da desterritorialização dialoga com a própria ideia de replacement, de Sarah Schulman (2018), este vetor que não cessa de criar camadas de substituições nos espaços e corpos dissidentes e que se opera num nível complexo, multidimensional e dinâmico. Logo, quando se fala de complexidade, multidimensão e dinamismo schulmanianos, fala-se da própria perspectiva de formação territorial e agenciamento em Deleuze e Guattari (2017c) e de território reticular (em rede) como em Claude Raffestin (1993), evidenciando como tais teorias se conectam em algum ponto de suas elucubrações e que seus intercâmbios são bem-vindos. Desse modo, se o replacement agia nas subjetivações de seus sujeitos como regime de acúmulos (multidimensional), este conceito encontra ecos no diagrama, aprofundado sobretudo por Gilles Deleuze (1988) na sua obra *Foucault*, que permite corroborar mais ainda a ideia de

que o agenciamento provoca um intercâmbio de conceitos por entre territórios.

Depois de refletir sobre o funcionamento da sociedade ocidental e suas questões ligadas à disciplina em *Vigiar e Punir* (2014) e *Vontade de saber* (2020), Michel Foucault deixa pistas sobre o lugar do controle como nova etapa sociocultural de nossas sociabilidades. Quem retoma tais pistas é o próprio Gilles Deleuze (1988) em *Foucault*, quando ele afirma que o diagrama é o plano multidimensional sobre o qual se operam os regimes de força sempre em relação, cuja combinação se dá pelas máquinas, virtuais e concretas — abstratas e físicas, estratos e estruturas, que são interconectados pelos dispositivos/agenciamentos — que incidem sobre o sujeito. Por exemplo, o dispositivo tecnológico de um smartphone seria a máquina concreta que, enredando nosso cotidiano, consegue acoplar máquinas virtuais, como os aplicativos feito *Grindr*, que, num processo de inter-dependência e relação difusa, constroem outras relações — controle, vigilância, escopofilia, tecnossexualidade... — que maquinam o sujeito, isto é, moldam-no por meio de diagramas.

Este seria o desenho esquemático: há um dispositivo, podendo ser físico ou abstrato, que, posto em relação, cria um agenciamento. A função do agenciamento, por sua vez, é convocar os mais diversos elementos para torná-los dispositivos — a colagem de um dispositivo ao outro é feita pelos vetores. Uma vez tornados e colados os dispositivos, o agenciamento cria o fluxo do poder e suas dinâmicas a serem cumpridas. Portanto, agenciar é relacionar as heterogeneidades para se cumprir com uma demanda. Esta ação em curso a que chamamos de agenciamento forma o diagrama, uma força maior, que se decanta em máquinas — abstratas ou não — ao mesmo tempo que acumula estratos, cujo objetivo é, enfim, nos subjetivar. Assim, estas subjetivações — que é soma de saber com poder que se dá pelo vetor da sexualidade, por exemplo — se apropriam de espaços (que se tornam territórios) e criam nestes as suas relações (territorialidades). A interação entre territórios e territorialidades compõem, em última instância, os regimes que movem a vida.

Portanto, um diagrama é um regime porque, plasticamente, vai acoplando as mais diversas relações — físicas e abstratas — para se criar novas mecânicas de poder e novas tecnologias de saber que farão a gestão de nossas vidas em certos espaços apropriados. Por isso, Deleuze afirma: “Haveria que se ver se os métodos atuais de controle tomam ainda o velho modelo das disciplinas, ou se tomam modelos novos, e que modelos novos” (Deleuze, 1988, p. 87). Isto é, por ser uma plataforma de acúmulos, um diagrama permite cartografar o percurso de um conceito ainda sem nome, consegue captar o investimento

de certos comportamentos e aferir os novos modos de controle que se efetuam por paradigmas de submissão contra nós, por nós, em nós, a favor de nós. Enfim, o diagrama é o conjunto de nós da rede e aquilo que denuncia o que nos controla.

Logo, quando Sarah Schulman (2018) chamava atenção para o fator estratégico e multidimensional do *remplacement*, que age num processo ininterrupto de troca de papéis no seio de suas subjetividades e que forja uma nova realidade na qual os dissidentes anseiam pelos privilégios da dominação, ela apontava para uma relação diagramática que agencia um fenômeno chamado gentrificação — que outrora funcionava por sobre o tecido físico das cidades, mas que, a partir disso que chamamos de sociedade do controle, se introjetou como tecnologia de subjetivação, como algo assimilado pela racionalidade dos sujeitos afetados por tal, não podendo, logo, estar apartado de outros territórios que agrupam dissidências, como o *Grindr*. O *remplacement*, enfim, é este diagrama que vai recolhendo fenômenos ao seu redor para ir apagando os seus sujeitos porque, agenciando no bojo de sua ação os paradigmas da vigilância e do armário, anseia “um alinhamento, uma homogeneização, uma soma das relações de força” (Deleuze, 1988, p. 43).

Desse modo, a gentrificação do queer é um conceito mutável porque Sarah Schulman, identificando algumas estratégias de homogeneização em curso, alertava para a identificação de outras relações de forças que poderiam derivar daí; o que chamaríamos de força diagramática ou soma de relação de forças — como as epistemologias da vigilância e do armário que ali se cruzam. Por isso a problemática da AIDS, enquanto arquivo de memórias, é importante para a autora, pois, como à imagem de mutações virais, a sua proposição conceitual opera por combinações executadas pelo *remplacement*; como um vírus, como um diagrama que se replica. O *remplacement*, então, brinca de trocar papéis, de dissimular realidades em prol da continuidade do poder e de desterritorializar sujeitos e conceitos.

Agora, como num olhar metodológico, que é a nossa própria metodologia, buscamos entender como a soma destes percursos e a interação de conceitos nos auxiliam a pensar as subjetividades que estão sendo maquinadas no *Grindr*, o que, a reboque, inclui refletir a performance da gentrificação do queer na territorialidade digital. E é por isso que entendemos o *remplacement* e o diagrama como correspondentes porque há uma série de mutações e combinações conceituais sendo maquinadas (diagrama) e dissuadidas (*remplacement*) nos perfis do *Grindr*. Saber, poder e subjetivação, três capítulos que interagem entre si como um diagrama que busca cartografar seus *remplacements* e agenciar a gentrificação nos meandros cibernéticos da rede digital. Outrossim, esta relação

diagrâmica para com o trabalho de Schulman não se aventa forçosa, pois está presente mesmo na definição de seu trabalho.

Portanto, o trabalho da autora, que busca expandir epistemologicamente o seu conceito, tem um olhar genealógico e uma guinada diagrâmica. Polimorfismo conceitual é agenciamento por diagramas, dado que cruza os fatos e conceitos, como numa rede, aventando-se um conceito híbrido, complexo, dinâmico e multidimensional; como as territorialidades físicas — e digitais. Tamanha é a bricolagem conceitual e abertura propositiva, que a última frase de seu livro é esta, inscrita no posfácio: “Leitora, leitor: ao trabalho” (ibid, 2018, p. 167, 129 tradução nossa). No bojo deste trabalho, cabe esmiuçar como a máquina física (o celular, vetor de territorialidades digitais) acopla máquinas abstratas (o aplicativo, suas relações e conceitos) que atestam a complexidade do real do *Grindr*, maquinam sujeitos em prol do controle.

Dessa maneira, entendendo que este conceito é diagrâmico, o que reitera a sua maleabilidade e hibridez entre territórios físicos e digitais, esmiuçamos quais são os dispositivos que subjetivam as tecnossexualidades do/no *Grindr* e forjam a sua própria realidade, fazendo mover a própria gentrificação do queer, pois, como nos lembra Foucault, é a sexualidade o vetor que liga os saberes às relações de poder que, juntos, criam os regimes que configuram e controlam a vida. Se para se ter sexualidade é preciso comunhão, cabe, aqui, a intriga de se investigar a gentrificação do queer, que dentre suas várias ações polimorfas, rompe com a solidariedade, este pressuposto da comunhão (sexual).

Considerações finais

Ao intentarmos deslocar o conceito gentrificação do queer para as tramas cibernéticas do digital, observamos como este conceito, em sua plasticidade epistemológica, condizia com aquilo que Sarah Schulman (2018) já nos alertava: o fato de ser um conceito que, conquanto embrionário, merece ser alargado e refletido em diálogo com outras premissas teóricas, de modo que se confira robustez ao seu próprio desenvolvimento e aplicação. Nesse sentido, ainda que a crescente recrudescência de processos de vigilância nos meios urbanos, comunicacionais e socioculturais seja um fenômeno global, seus desenvolvimentos locais, como no aplicativo *Grindr*, parecem de algum modo dialogar proficuamente com o conceito schulmaniano.

Não à toa, sob um olhar ora queer, ora (des)vigilante, conseguimos esmiuçar a

aplicabilidade deste conceito em quatro dispositivos que, se somados, compõem um diagrama, imagem mais adequada para se pensar a entrada e a performance da gentrificação do queer na territorialidade digital. Estes quatro dispositivos, justamente por serem dispositivos — no sentido foucaultiano —, interagem entre si de modo muito assimétrico e muito negociador. Isso posto, basta recuar sobre as capturas de telas para se entender como, às vezes, a metade de um dispositivo que analisamos se complementa com a metade de um outro dispositivo; ou, então, os pares antitéticos que identificamos em quatro níveis possam acontecer tudo ao mesmo tempo, de uma só vez, num mesmo perfil.

Logo, este imbricamento de dispositivos, com vistas a estabelecer um diagrama que controla territórios, territorialidades, corpos, saberes, poderes e subjetivações, recebe o nome de regime. Em sendo assim, a interação dos nossos pares antitéticos fomenta a ideia do próprio regime, cuja base teórico-prática tem uma aplicabilidade política, visto que busca estabelecer regras, padronizações, escalas, regimes, disposições legais, modos de conduzir a vida e a existência dos sujeitos que estão sob a mira ou enclacados por tal regime. Nesse sentido, reforçamos que os dispositivos supracitados podem operar, em instância de regime, em fragmentos, em suplementação, mas sempre com vistas a ditar os rumos daqueles corpos.

Portanto, a gentrificação do queer na territorialidade digital é um diagrama que coloca em curso um regime assimétrico de invisibilidades, de refazimento de subjetividades, de negociação de privacidades e de reprogramação de um certo modo de intimidade. Ainda que haja contrapoderes ao seu funcionamento cibernético, este é um conceito que produz norma, padrão, silenciamentos e apagamentos aos sujeitos que têm na fonte de suas subjetividades as contingências queer. Entendemos, por fim, que a obliteração da máquina gentrificadora não parte de uma fuga dos usuários deste território, tampouco da exclusão do aplicativo. Pelo contrário: é na ocupação deste espaço que podemos chamar atenção para as duas falhas sobre e a partir das quais a gentrificação do queer atua: a pedagogia midiática e a pedagogia sexual.

Referências

- ALCÂNTARA, Maurício. “*Gentrificação*”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: USP, 2018.
- BRUNO, Fernanda. “*Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas*”. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 3, n. 2, maio/agosto, 2006.
- BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARTACAPITAL. “‘Aquarius’ e o dever da resistência. In: *CartaCapital*. São Paulo: Editora Confiança, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2017a.
- CHABROL, Marie; COLLET, Anaïs; GIROUD, Matthieu; LAUNAY, Lydie; ROUSSEAU, Max e TER MINASSIAN, Hovig. *Gentrifications*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora34, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. V. 5. São Paulo: Editora34, 2017c.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GLASS, Ruth. *London: aspects of change*. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

JOHNSON, Steve. *Cultura da interface*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAROUSSE. *Dicionário enciclopédico ilustrado*. São Paulo: Larousse, 2015.

LOVELUCK, Benjamin. *Redes, liberdades e controle: uma genealogia política da internet*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LYON, David. “11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado”. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.), *Vigilância e visibilidade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PORTINARI, Denise; CÉSAR, Maria. Rita. “A gentrificação da homossexualidade”. In: OLINTO, H; SCHOLLHAMMER, K. (orgs.). *Literatura e espaços afetivos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

PRECIADO, Paul. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SCHULMAN, Sarah. *La gentrification des esprits*. Paris: Éditions B-42, 2018.

Recebido em 10 de dezembro de 2024.

Aceito em 11 de maio de 2025.